



«TIMOR»

As campanhas de pacificação nas emissões do BNU

Na década de 1950 e 1960, o Banco Nacional Ultramarino lançou na então colónia de Timor Português, a ‘emissão Celestino da Silva’. Esta evocava uma das figuras basilares da história colonial de Timor na viragem do século XIX-XX e que contribuiu para o solidificar da presença portuguesa naquela ilha da Oceânia, moldando a cultura e a sociedade timorense desde então.

* * *

Em virtude da reforma do regime monetário de 1953 que unificou a moeda em escudos para todas as ex-colónias portuguesas¹, o BNU planeou, no ano de 1958, o lançamento de novas notas expressas em escudos para a substituição das patacas que circulavam no Timor Português.

Num parecer de 20 de janeiro de 1958, a Inspeção Geral do Ultramar-Circulação Fiduciária (IGU) projetou a encomenda das novas notas em três valores faciais convertidos dos valores em patacas e assumindo que estes seriam os que cobririam as necessidades fiduciárias em Timor. Assim, as anteriores denominações de 1, 5, 10, 20 e 25 patacas passariam para as de 30, 60 e 300 escudos. Num telegrama de 8 de janeiro, tinha sido questionada a filial de Díli acerca da opinião da gerência quanto às quantidades a encomendar. Esta opinião foi registada e foi calculado que a percentagem da reserva monetária da ex-colónia aumentaria de 33% para 43%, o que foi considerado aceitável pela IGU.

De modo a que estas notas em escudos se diferenciasssem por completo das então em circulação expressas em patacas, foi sugerido pela IGU que aquelas deveriam ter cores e tamanhos diferentes.

A efígie escolhida para figurar foi a do general José Celestino da Silva – herói português nas campanhas de pacificação de Timor e que tinha sido governador-geral nessa ilha entre 1894 e 1908. Foi obtida uma fotografia pela IGU que foi enviada para um técnico a ampliar e retocar, de modo a prepará-la para que pudesse ser aplicada na nota. O mesmo trabalho foi também executado para uma reprodução do brasão de armas de Timor, que iria figurar no verso. Esta efígie iria também constar na nota como marca de água.

¹ Com a exceção de Macau, que manteve a pataca como unidade monetária.



José Celestino da Silva nasceu em Chaves a 6 de janeiro de 1849. Enveredou pela carreira militar na arma de cavalaria. Serviu como capitão no ‘esquadrão de lanceiros dois’ em Lisboa, onde o futuro rei de Portugal, Carlos I, serviu com a patente de alferes. Esta comissão fundou o início de uma relação de amizade entre os dois, que muito ajudou Celestino da Silva contra os numerosos detratores que surgiram durante a sua carreira.

Em 1894, Celestino da Silva foi nomeado governador da então colónia do Timor Português – na metade oriental da ilha mais o enclave de Oecussi-Ambeno. Na altura, a presença portuguesa na sua colónia limitava-se à capital Díli, onde funcionava a administração colonial e uma companhia do exército composta de 70 militares (praças) – a grande maioria desterrados das colónias de Macau, Índia, mas também de Portugal continental. No restante litoral norte da ilha existiam outros comandos militares portugueses que eram, de oeste para leste: Pante Makassar (no enclave), Batugadé (na fronteira com o Timor Holandês), Maubara, Liquiçá, Aipelo, Manatuto, Baucau e Lautém (estes três últimos a leste da capital). No litoral sul, somente nas localidades de Fatomean (também na fronteira), Alas e Viqueque. Estes eram pequenos postos militares protegidos por paliçadas e cuja guarnição era composta por vinte homens, entre soldados europeus e ‘moradores’² comandados por um oficial e um sargento. A presença portuguesa resumia-se assim a um pequeno número de postos, todos situados no litoral timorense. Mas mesmo estes não estavam imunes a eventuais ataques dos reinos timorenses que, por vezes, forçavam as guarnições destes postos a se refugiarem em Díli – a única presença portuguesa verdadeiramente segura. No sudoeste do Timor Português a autoridade portuguesa não era aceite.

Em termos populacionais, os portugueses presentes cingiam-se a alguns militares, missionários e funcionários coloniais estabelecidos na costa; colonos naturais de Portugal eram uma raridade estatística. Na realidade sociocultural da colónia existiam: os topasses³, ora hostis ora aliados dos portugueses; os bidau e os sica⁴, cingidos a bairros específicos em Díli; a comunidade chinesa sediada nas principais povoações, que dominavam a maioria do comércio local e das transações para fora da ilha; os liurais⁵ e os seus reinos de timorenses autóctones. Na passagem do século XIX para o XX contavam-se cerca de 80 reinos em toda a ilha. Entre 1847 e 1913, distinguiram-se seis grupos etnolinguísticos: mambai (37,5%), tétum (33%), macassai (15,5%), bunaque (10%), fata luco (4%) e magu’a – cada um deles também dividido por vários subgrupos.

² Autóctones timorenses cristianizados que compunham as milícias de guarnições, funcionando como tropa fixa de segunda linha.

³ Famílias católicas de mestiços portugueses (luso-timorenses, sino-portugueses, luso-goeses) que se tornavam chefes de um reino e inauguravam uma linhagem, adotando usos e costumes de um liurai timorense. Nestas ilhas da Insulíndia eram designados genericamente por ‘topasses’ pelos holandeses.

⁴ Descendentes de escravos africanos e goeses (transportados para as possessões portuguesas na Insulíndia) e das suas relações intermatrimoniais com populações catolizadas das ilhas de Solor (bidau) e das Flores (sica).

⁵ Rei em tétum (Liu Rai = o senhor da terra). Chefe tribal timorense. Designado por régulo pela administração portuguesa.



Os liurais fiéis à coroa portuguesa eram eleitos tradicionalmente e os seus homens podiam ser arregimentados em períodos de guerra como força de segunda linha no exército português, onde eram designados de ‘arraiais’⁶. Entre os vários reinos timorenses, as batalhas eram muito frequentes. Estas eram bastantes ritualizadas nas suas movimentações e ações, com o ‘barlaque’⁷ sempre presente. Esta prática bélica tinha uma palavra tétum que a definia localmente: ‘funu’. Uma dessas manifestações, que também sucedia quando as tropas de ‘arraiais’ ou de ‘moradores’ eram comandadas por um oficial português, era a prática brutal – mas altamente ritual e imbuída de prestígio social – do decepar as cabeças dos vencidos, que somente foi abolida no Timor Português durante o século XX.

Foi nesta realidade multiétnica, socialmente diversificada e conflituosa, que o tenente-coronel de cavalaria Celestino da Silva desembarcou no dia 11 de maio de 1894.

O café – que tinha sido introduzido na ilha em 1815 – foi um dos principais móbeis para o projeto de pacificação da ilha por Celestino da Silva. Este, desde o início da sua chegada à ilha, que assumiu como objetivo da sua governação a dominação dos timorenses revoltosos de modo a dinamizar e rentabilizar a cultura do café. O inverso também se passava, na forma em que o trabalho dinamizado na produção agrícola funcionava, não somente como gerador de riqueza mas também para aquiescer as mentes guerreiras e nómadas das tribos timorenses. Além disso, promoveu o abate sustentável do sândalo, proibindo-o na costa norte⁸ onde estava ameaçada a sua existência – apesar do contrabando ter continuado a comercializá-lo para o lado holandês da ilha. Introduziu também a plantação de borracha na ilha.

Seguindo o seu objetivo principal de pacificação, uma das suas primeiras medidas foi o envio, a 7 de julho, de uma missão diplomática composta por cerca de 100 moradores e comandada pelo alferes Francisco Duarte⁹ para conciliar os reinos de Pisso e de Liquiçá (a oeste de Díli) e que se encontravam em guerra. Esta coluna ocupou as aldeias nos limites dos dois reinos, enquanto forçou os guerreiros a limparem as plantações de café. Esta tática foi também seguida com outros reinos desavindos nas fronteiras de Díli, com o objetivo de após a pacificação dos povos se procedesse à abertura de estradas e à preparação dos campos para a plantação agrícola.

⁶ Conjunto de guerreiros de um reino vassalo mobilizados pelas autoridades portuguesas.

⁷ Espécie de dote que institucionalizava a aliança política e social entre povos e a sua coesão, ao estabelecer ligações matrimoniais entre os liurais dos reinos e os datós de um suco (a subdivisão de um reino timorense). Assim, e a título de exemplo, os pais da noiva tinham o termo de ‘humani’ enquanto o noivo e o dote pago eram o ‘vassau’.

⁸ Portaria n.º 108, de 16 de Setembro de 1901.

⁹ Antigo dirigente militar do distrito cafeicultor de Maubara. Conhecido em Timor pela sua fama de brutal explorador e violento pacificador das revoltas timorenses, foi um dos líderes da campanha de supressão da revolta de Maubara em 1893. Experiente na vida social e militar da ilha, onde permanecia desde aquele ano. Foi apodado pelos timorenses de ‘arbirú’ (o invencível).



Em agosto de 1894, Celestino da Silva criou o comando do Remexio (a sul de Díli) como posto inicial para a ocupação do interior da ilha. Aqui, mandou montar também uma granja para a plantação de café.

Em outubro, no seguimento de um pedido de auxílio dos liurais de Ermera, Atsabe e Bobonaro que estavam em guerra com os vizinhos lamaquitos (no sudoeste do Timor Português), o governador lançou uma expedição militar comandada pelos oficiais portugueses, o major Fernando António e o alferes Francisco Duarte. Tiveram apoio de arraiais de reinos aliados e do vapor “Díli”, que navegou para a contracosta, a fim de fortalecer os comandos militares do sul de Alas e Samoró e impedir eventuais insurreições dos reinos rebeldes de Raimean e de Suai. O avanço da coluna a partir de Díli iniciou-se no dia 7 de outubro e, após percurso de 5 dias, as hostilidades iniciaram-se no dia 17 na localidade de Volguno (próximo das ‘balizas’¹⁰ de Lamaquito). Esta foi tomada no dia 20 e os seus defensores massacrados pelos arraiais aliados. A coluna portuguesa marchou de seguida para sul. Muitas aldeias Lamaquito renderam-se sem resistência, mas a de Lourbá teve de ser tomada de assalto a 22 de outubro. Perante esta tomada de posição da parte das forças portuguesas, muitos dos sobreviventes refugiaram-se nos reinos rebeldes de Raimean e de Manufahi (centro sul do Timor Português). A sua perseguição foi interrompida com o irromper da época das chuvas. A coluna militar retornou vitoriosa a Díli, onde chegaram a 2 de novembro de 1894. Outra consequência benéfica para o governador Celestino da Silva foi a apresentação de vassalagem de alguns reinos na contracosta e no interior junto à fronteira internacional, aterrorizados pela demonstração de poder da campanha militar. No seguimento desta vitória, em dezembro, foi criado o comando de Aileu, no centro da ilha. Este ficava próximo do reino de Manufahi cujo liurai, D. Duarte da Costa Souto Maior, constantemente se revoltava contra a presença portuguesa e recusava-se a regularizar a ‘finta’¹¹ em atraso.

A 22 de janeiro de 1958 foi enviado um ofício do IGU ao comissário do governo no BNU a comunicar o processo de encomenda da ‘emissão Celestino da Silva’. Neste foi também requerido que o valor facial de 300 escudos fosse excluído para dar lugar aos dois valores faciais de 100 e 500 escudos – esta mudança resultou de uma sugestão do governador de Timor, que considerava que estes últimos se adequariam melhor às trocas comerciais em Timor. O ministro do Ultramar respondeu por despacho de 27 de janeiro a autorizar a produção das notas e a alteração do valor das denominações. Esta informação foi comunicada ao banco através do comissário do governo a 14 de fevereiro.

¹⁰ Em Timor, a fronteira entre dois reinos.

¹¹ Tributo pago pelos reinos timorenses à administração colonial (madeira de sândalo, ouro ou cera) entre o século XVIII e 1906. Era calculado pela própria administração com base no número de habitantes de um reino.



O pedido de encomenda para a totalidade de 862 mil notas foi enviado às casas fabricantes de papel-moeda a 17 de abril.

A empresa britânica, Bradbury, Wilkinson & Co. Ltd. (BWC), respondeu em carta de dia 23 de abril, em como previa enviar orçamento e desenhos-modelos para as quatro denominações até final do mês de maio. O que efetivamente aconteceu com o envio no dia 21 da proposta de orçamento, um desenho-modelo para 30 escudos e a previsão de início de embarque das remessas de notas no prazo de doze a treze meses após adjudicação.

A 6 de junho, a IGU analisou as quatro propostas que o BNU recebeu de diferentes casas fabricantes: Waterlow & Sons Ltd., BWC, Thomas de la Rue & Co. Ltd. (do Reino Unido) e Joh Enschedé en Zonen (dos Países Baixos). Apesar de apresentar um orçamento mais elevado que a empresa Waterlow & Sons, pela fiabilidade de outras encomendas e pela melhor qualidade do desenho submetido, a IGU recomendou a proposta da BWC. Adicionalmente, foi considerada de descartar a empresa neerlandesa por apresentar o orçamento mais elevado e um desenho não adequado à circulação «no meio indígena». A outra empresa britânica foi desconsiderada devido a situações deficientes e de notas deterioradas em anteriores emissões do BNU, concretamente na Índia Portuguesa e em Moçambique.

Assim sendo, a adjudicação da encomenda foi enviada à BWC, a 18 de junho. Foram também pedidas algumas alterações, fruto de uma decisão em conselho de administração que determinava a uniformização de alguns elementos nas notas do BNU. Estas uniformizações aplicavam-se a: tipos de letras nos dizeres dos valores faciais; cercaduras; posição do 'escudo nacional'; eliminação do termo "Província Portuguesa" para passar a figurar somente o nome desta; dimensões das efígies e das marcas de água; a menção "Pagável na...", que usualmente surgia no topo do verso das notas, passou a ser substituída pelo título do banco; obrigação de surgir o valor facial por extenso na margem inferior do verso.

A governação de Celestino da Silva da colónia do Timor Português revitalizou o modelo de gestão das regiões através de comandos militares. Por este motivo, no início do ano de 1895, tinha aumentado o seu número de quinze para dezoito de modo a poder controlar as áreas entretanto conquistadas. Estes eram liderados por oficiais do 'exército da metrópole' ou dos quadros do ultramar. Estes comandantes tinham várias competências e instruções na administração das terras sob a sua alçada: garante da justiça e encaminhamento do respetivo processo; apoio à instrução e à missão; dinamização e fiscalização do comércio, bem como da deslocação da população; cobrança da finta; fomentar um relacionamento mais próximo entre a administração colonial e os liurais.



De modo a fiscalizar e controlar o comércio efetuado pela comunidade chinesa na ilha, o governador Celestino da Silva determinou que, a partir de 1 de janeiro de 1895, esta passaria a ter a obrigatoriedade de estabelecer os seus negócios somente nas localidades onde existisse um posto fiscal. Esta medida foi de forma a limitar a Acção ilegal e de contrabando que alguns elementos da comunidade perpetravam.

Como na região dos Lamaquitos, os reinos de Obulo e de Marobo continuavam a rejeitar as ordens do posto de Hato Tete do alferes Francisco Duarte, tornava-se necessário uma intervenção para dominar a sua resistência. Os seus terrenos eram terras férteis e apetecidas para a plantação de café. Perante estes fatores, o governador enviou de Díli, a 22 de março de 1895, uma coluna com companhias de moradores, regulares e arraiais liderados pelo capitão metropolitano Eduardo Ignácio da Câmara. Chegaram no dia 27 ao acampamento do alferes Duarte em Batomano. No dia 29 foram atacadas cerca de 21 aldeias do reino de Obulo, que foram incendiadas e os seus habitantes massacrados. Após este evento e pretendendo evitar o mesmo infortúnio, o liurai de Marobo apresentou a sua submissão. A coluna do capitão Câmara regressou a Díli no dia 13 de abril com a região submetida. Ficaram por submeter os reinos de Atabaé e Balibó.

No dia 20 de abril a coluna do capitão Câmara partiu por via marítima novamente para o oeste para submeter os dois reinos remanescentes. Desembarcaram em Cotubaba no dia 24. Em conjunto com as forças dos arraiais de Maubara e do alferes Duarte, a 27 cercaram as populações de Atabaé, que foram forçadas a pagar multas para evitarem ser chacinadas. Entre 1 e 3 de maio, o reino de Balibó sofreu o fogo da artilharia até se submeter e pagar as custas da campanha. Após obter o assentimento de vassalagem da parte do régulo de Fatomean, a coluna do capitão Câmara embarcou de volta para Díli no dia 16. Tinha conseguido obter mais terras férteis para a lucrativa cultura do café e estabelecer um novo comando militar em Ermera. O alferes Duarte permaneceu a comandar Bobonaro (no centro dos Lamaquitos) e uma nova fortificação em Fatomean, que marcava a extremidade sul da fronteira com o Timor Holandês.

Para setembro de 1895, foi planeada uma expedição contra Manufahi, que se recusava ao pagamento da 'finta' e a ceder homens para a corveia governamental. Para além disso, Celestino da Silva recebeu informações de uma aliança rebelde do liurai D. Duarte com os reinos de Raimean, Suai e Camenassa. A expedição foi planeada com três alas comandadas por oficiais distintos: a do centro, chefiada pelo próprio governador para atacar o reino de Manufahi pelo norte; a do oeste, pelo capitão Câmara com o propósito de passar por Batugadé, Bobonaro, juntar-se às forças do alferes Francisco Duarte e, na contracosta, impedir o apoio das forças dos reinos rebeldes; a de leste ficaria na contenção da fronteira oriental de Manufahi.



A ala do capitão Câmara chegou a Batugadé a 31 de agosto. Inexplicavelmente, em vez de se reunir com o alferes Duarte em Bobonaro, o capitão decidiu avançar através da fronteira holandesa diretamente para Fatomean. No caminho, maltratou os carregadores e os datós de Cová. Chegou a Fatomean a 4 de setembro, onde se deteve na recém-erguida tranqueira do liurai local. No dia 5, abriu fogo de canhão sobre a aldeia de Fohorem devido ao seu liurai não se ter apresentado às forças portuguesas. Nesta altura, a horda de timorenses revoltosos e indignados com as atitudes dos militares portugueses tinha aumentado consideravelmente. No dia 6, a coluna sofreu um ataque violento no qual muitos soldados, moradores e alguns oficiais morreram, enquanto os restantes fugiram para Fatomean. No entanto, este posto encontrava-se agora incendiado após ter sido invadido no dia anterior. O capitão Câmara, com alguns soldados e moradores, içaram a bandeira branca mas o fogo inimigo continuou e tiveram de se colocar em fuga desordenadamente. No dia 8, o capitão atingiu sozinho Cová (próximo da extremidade norte da fronteira), onde foi reconhecido, capturado e decapitado pelo dató de Hilar e assim juntou-se aos restantes quatro oficiais que também tinham sofrido o mesmo fim em Fatomean. Salvaram-se somente quatro a cinco homens, entre eles dois soldados europeus e o tenente-coronel de segunda linha, que reportaram o fracasso daquela ala.

Com as notícias do grave sucedido ao capitão Câmara, o governador Celestino da Silva, cuja ala havia saído de Díli no dia 8 de setembro, teve de regressar a Díli no dia 12 para impedir a sublevação dos reinos vizinhos e acalmar a população.

O alferes Francisco Duarte juntou-se a esta ala do centro, agora comandada pelo major Caetano Maria Dias Azedo. Esta prosseguiu a descida a sul e até dia 14 de setembro submeteu os reinos de Tutoluro, Maubesse e Letefoho. Entre 20 e 28, começaram a ser atacadas aldeias do reino de Manufahi. No dia 7 de outubro, o alferes Duarte foi gravemente ferido mas a coluna militar prosseguiu. A campanha foi considerada concluída pelo major Caetano Azedo com a ocupação do reino a 28 de outubro de 1895. No entanto, não tinha conseguido o desarmamento das forças do liurai, o que fez com o governador, mais tarde (1900), acusasse o major de ter sido “pusilânime” no seu abreviar da campanha.

No final desta campanha foram criados os comandos de Cailaco, Ermera e o posto de Comoro. No entanto, a descoordenação na manobra das forças e, principalmente, a movimentação independente da coluna do capitão Câmara conduziram à resposta enfurecida dos povos da região oeste que destruíram os fortes de Fatomean e Batugadé, ficando este como o grande revés desta campanha.

Os novos desenhos-modelos para as notas foram recebidos e analisados a 4 de setembro de 1958 pelo BNU. Foi detetado um ligeiro desacerto entre as assinaturas e os respetivos



títulos; mas foi acordado com os agentes do fabricante que tal seria corrigido na estampagem final das notas.

O fôrmar da encomenda foi enviado à BWC em 1 de outubro de 1958 com o recapitular dos termos daquela: valores do orçamento; quantidade a produzir das denominações; características das notas; qualidade da impressão e do papel; condições de embarque; prazo de 12 a 13 meses para entrega (devido ao destino ser no extremo oriente); pagamento. Em anexo foi também enviada, em envelope lacrado, a seriação com a relação das assinaturas dos administradores a constar por número de série.

Nesta comunicação foi também confirmada a data de emissão a ser impressa nas notas: «2 de Janeiro de 1959». O motivo para a escolha desta data situar-se no ano seguinte – e não a data do efetivar da encomenda, como era usual nas encomendas do BNU – devia-se ao facto de, à data da encomenda, a Direcção Geral de Economia do Ministério do Ultramar ainda não tinha promulgado a data em que o novo regime monetário entraria em vigor para Timor. Como essa data seria no ano de 1959, quando essa Direcção iria também enviar as novas moedas metálicas em escudos e para que, ao mesmo tempo, as notas do BNU estivessem em conformidade legal, o IGU optou por escolher aquela data de emissão.

No seguimento do falhanço na conquista do reino de Manufahi, o governador Celestino da Silva emitiu, a 31 de maio de 1896, instruções a adotar pelos comandos militares. Estas eram no sentido de fomentar a proximidade entre os comandantes e os liurais, de modo a inculcar um sentimento de pertença e aceitação da potência colonizadora junto dos timorenses. Assim, estas instruções promoviam: a aceitação das chefias dos liurais e dos barlaques associados, mas mantendo que o oficial do distrito mantinha-se superior; tolerância à prática do decepar de cabeças dos inimigos, mas interditando a assistência de qualquer europeu; livre-trânsito nas deslocações dos autóctones entre comandos militares; gratuidade na administração da justiça, que respeitaria o direito consuetudinário exceto se este entrasse em conflito com a lei portuguesa.

Em termos da organização fiscal e laboral, continuou a garantir a imposição dos liurais terem de entregar 20% da produção agrícola dos seus reinos como taxa e que esta tinha de ser em café; os reinos que não produzissem café tinham de entregar 10% da sua produção de arroz – um meio de subsistência essencial para a alimentação timorense. O preço do café começou a ser tabelado pelo governo colonial, ao qual as populações eram obrigadas a vender a sua produção, para além de fornecer o seu trabalho nas plantações estatais. O sistema da finta, que servia para os liurais pagarem o tributo de lealdade ao governo colonial, teve o seu valor a aumentar de ano para ano, o que proporcionava um mecanismo



para as autoridades portuguesas acederem à necessária mão-de-obra e matéria-prima a baixo custo.

A 10 de julho de 1896, o próprio governador Celestino da Silva avançou para oeste para vingar a morte do capitão Câmara. Comandando uma coluna de soldados e moradores, desembarcou em Batugadé para iniciar a reconstrução da fortificação, que ficou concluída no final do mês de agosto. Entretanto, o alferes Francisco Duarte – que cada vez mais se tinha tornado no braço-armado no terreno para o governador – entre os dias 7 e 9 de julho atacou o suco de Loiciba do reino Lamaquito, que foi dominado e saqueado. No dia 15, começou o ataque a aldeias de Cotubaba. A 31 de julho, este reino ficou desmembrado e dividido pelos reinos aliados de Cailaco, de Atsabe e de Maubara. O seu liurai refugiou-se num bosque em Sanir. As forças sob as ordens do alferes Duarte atacaram o bosque e conquistaram-no a 10 de agosto. Uma parte dos fugitivos refugiou-se junto do liurai de Sanir. Com a chegada de novos arraiais que, ao contrário do de Atsabe não tinham ligações de barlaque com o liurai de Sanir, sitiaram este último a 13-14 de agosto. No dia 15, as tropas governamentais foram atacadas por homens de Cová mas estes foram repelidos. A aldeia de Sanir foi tomada, saqueada e incendiada de 17 para 18. A 22 de agosto, o reino de Cová foi tomado pelas tropas governamentais. Conseguiu-se recuperar a cabeça cortada do capitão Câmara, que foi posteriormente expedida para Lisboa. Para estabelecer controlo sobre estas terras do oeste, agora dominadas, criou-se o comando de Balibó,

A 11 de setembro 1896, os 4.700 ‘moradores’ – dos quais 250 eram auxiliares africanos – do alferes Duarte atacaram o reino de Deribate, por este ter abandonado o apoio ao ataque de julho a Loiciba e por recusar-se pagar a multa exigida pelo alferes.

A 17 de outubro, o governador, agora no novo fortim em Cová, ordenou o avanço para Fatomean (no sudoeste) à coluna comandada pelo tenente de artilharia Jacinto Islas dos Santos e Silva. Nesta participaram vários arraiais e, pela primeira vez, um de Oecussi-Ambeno. O governador havia obtido autorização holandesa para a transposição das fronteiras, o que permitiu aos portugueses atacarem e arrasarem Fatomean pelo ocidente a 21 de outubro. A 23 de outubro foram destruídas oito aldeias de Dacólo.

No final desta campanha, o reino de Sanir foi entregue ao de Balibó. O de Cová e o de Deribate ficaram como propriedade direta do estado, que tinha a intenção de erguer neles uma colónia militar e uma empresa agrícola, respetivamente. Esta campanha de julho a setembro de 1896 também contou com várias manifestações de decepar e captura de cabeças. A violência das carnificinas foi de tal forma que se verificaram bastantes regiões desertas de população no oeste fronteiro do Timor Português, principalmente no reino de



Cová. Tal deveu-se ao êxodo das tribos timorenses para o lado holandês da ilha. De qualquer das formas, o oeste foi considerado dominado após a devastação.

A 15 de outubro de 1896, Timor foi retirado da alçada de Macau e convertido num distrito autónomo militar.

A 13 de outubro de 1958, a BWC solicitou autorização para gravar a efígie em moldura oval em vez de circular, para manter o título dos administradores por baixo das respetivas assinaturas e para imprimir a cláusula do decreto-lei na mesma cor das cercaduras. Em resposta de dia 27, o BNU aceitou a primeira pretensão mas rejeitou as duas últimas.

Após receberem fotografias das notas com as modificações requeridas, o BNU devolveu-as a 4 de novembro, devidamente visadas. Foi também solicitado para que se eliminasse o título «General» na legenda por baixo da efígie.

No ano de 1897, Celestino da Silva fundou a empresa Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho (SAPT). Esta foi constituída com os acionistas a serem ele próprio, alguns dos seus familiares e funcionários da sua confiança. Esta empresa atuava na plantação e comercialização do que se estava a tornar, cada vez mais, a principal produção na ilha: o café arábica timorense. Para além do café, a SAPT também lidava – quase em exclusivo – na plantação e comércio de cacau, copra e borracha.

Numa campanha iniciada a 22 de setembro de 1897 e comandada pelo alferes Duarte, aliado ao liurai lamaquito de Bobonaro, as suas forças dirigiram-se contra os reinos de Lolotoi e de Camenasse (no sudoeste do Timor Português) que tinham como aliados os timorenses holandeses de Lamaknen. Após o início das hostilidades no dia 25, Lolotoi rendeu-se a 1 de outubro; este reino foi depois ocupado pelos Lamaquitos. No dia 2, o reino de Camenasse apresentou a sua rendição e vassalagem. Como resultado desta conquista criou-se o comando do Sudoeste que abrangia Bobonaro, Lolotoi, Suai e Raimean.

Nos dias 26 e 27 de abril de 1898, a ilha de Timor foi atingida por um violento tufão que destruiu uma grande parte das plantações de café, com graves prejuízos para a economia local.

Entre 3 de agosto e 29 de outubro de 1898, decorreram expedições de exploração e demarcação da fronteira entre o Timor Português e o Holandês. Estas culminaram em reuniões bipartidas a 7, 8, 11 e 12 de fevereiro de 1899 com os representantes de ambos os países: o governador Celestino da Silva e o oficial da marinha Gago Coutinho, pelos portugueses e o residente em Kupang F. Fokkens e o 'controleur' em Atapupo H. J. Grijzen, pelos holandeses. Das recomendações acordadas e que foram enviadas às respectivas



autoridades centrais, resultou que os reinos de Oecussi-Ambeno (noroeste da ilha) manter-se-iam portugueses e que, em troca do enclave de Maucatar (sudoeste do Timor Português), Portugal cederia o reino de Noimuti (fronteira com Ambeno) e os reinos fronteiriços de Tahakay e Tamiru Eulalang. A permuta efectiva entre os territórios somente ocorreu no terreno a 31 de outubro e a 2 de novembro de 1916.

Em junho de 1899, foi contida uma revolta das populações de Cailaco, Atsabe e Atabaé (a sul de Liquiçá). O primeiro reino foi vencido a 18. A 19 e 21, o reino de Atabaé recusou-se submeter ao governador Celestino da Silva que, no dia 23, ordenou aos arraiais de Irlelo e de Maubara para arrasarem aquele reino. Entre 24 e 28 de junho, várias aldeias do reino foram incendiadas. Os habitantes refugiaram-se numa fortaleza natural em Fatu-Bicar. Esta fortaleza revelou-se inexpugnável e os arraiais aliados do governador sofreram muitas baixas entre 2 e 5 de julho. Nessa altura, interveio o alferes Duarte e ordenou o desvio do curso de água da fortaleza de modo a submete-los por via da sede. Com os sitiados ainda sem se renderem, Francisco Duarte comandou um ataque a 17 de julho à frente de arraiais de Leimeã e Deribate. No ataque, o alferes foi abatido por um tiro. Num bombardeamento e numa investida dos atacantes, o corpo do alferes conseguiu-se recuperar e os revoltosos renderam-se. No final, criou-se o comando de Hatolia e os postos de Leimeã e de Barique. Esta campanha deu-se por concluída a 7 de agosto. No entanto, para as forças portuguesas, morrera o famoso e tão importante para os avanços militares portugueses em Timor, o alferes Francisco Duarte, o ‘arbirú’.

Após todas estas movimentações e investidas militares do governador Celestino da Silva, no final do século XIX, podiam encontrar-se, no Timor Português, postos militares distando cerca de 40 quilómetros entre eles.

A 6 de janeiro de 1900, a colónia passou a ter publicado o seu próprio “Boletim Oficial do Districto Autonomo de Timor”. A sua capital Díli passou a dispor nesse ano de água potável canalizada proveniente das montanhas, o que melhorou as difíceis condições de insalubridade na cidade.

A 16 fevereiro de 1959, o BNU foi informado pelo comissário do governo que nesse mês tinham sido expedidas para Timor a nova emissão de moeda metálica. Como consequência, no dia 20, o BNU enviou carta a pedir celeridade na conclusão da encomenda de notas à BWC, dado a necessidade de notas e moedas entrarem em circulação em simultâneo.

Cumprindo com a disposição anterior, a 2 de março, a BWC informa que iriam entregar as provas-gravadas até finais desse mês e que iniciariam o embarque das notas três meses após receberem a aprovação. Tal veio a suceder no dia 3 de abril, quando a BWC enviou



por correio aéreo as provas-gravadas para as quatro denominações. Estas foram remetidas para aprovação final junto do ministro do Ultramar, via comissário do governo, no dia 10. Paralelamente, no dia anterior, o BNU tinha autorizado à BWC para dar início à estampagem. Em carta de dia 22 do mesmo, a BWC confirmou o início dos trabalhos e que as notas estariam prontas no fim de julho.

Apesar de todas as investidas e movimentação, o reino rebelde de Manufahi continuava a importunar a governação de Celestino da Silva.

No início de junho de 1900, dois colaboradores dos portugueses, interpretes nas fazendas de café do Remexio e no comando militar de Aileu, foram assassinados por homens do suco de Babulo (reino de Manufahi) e homens do reino de Cablac de Lakeo. O governador suspeitou da intervenção dos liurais de Atsabe – que não tinha sido dominado na campanha de 1899 – e de Manufahi. Por este motivo, indicou o capitão de cavalaria Carlos Botelho de Vasconcellos para castigar os culpados e disciplinar os reinos e sucos responsáveis. Com estas ações pretendia rodear o reino rebelde de Manufahi para atestar as suas capacidades militares.

As colunas de soldados, moradores e arraiais partiram a 14 de julho para Aileu. Os ataques aos primeiros reinos implicados de Caicassa e de Here-Eto ocorreram a 18. No dia seguinte, Cablac de Lakeo foi devastado. A 24 e a 25 foram destruídas aldeias de Cablac de Aituto e de Holarua, que encontravam-se bastante próximas da área de influência do reino de Manufahi. O capitão Vasconcellos enviou no dia 26 um ultimato ao liurai D. Duarte da Costa Souto Maior para prestar juramento de vassalagem. No dia 28, este rejeitou o ultimato e apresentou-se disposto a resistir a qualquer invasão do seu reino. O capitão Vasconcellos manteve-se por regiões mais tranquilas e sem avançar para Manufahi, como eram as suas orientações de Díli. No dia 30, a rebelião foi dominada em Aileu. Com o surgir de novos focos de rebelião para leste, a coluna militar foi ordenada a deslocar-se para Remexio a 4 de agosto. Aí, reuniram-se com as forças às ordens do governador. A 15 de agosto, após várias intervenções e bombardeamentos junto dos reinos sublevados de Laclubar, Samoró, Lequidoe, Fatisse, a ordem foi restabelecida. Capitão e governador regressaram posteriormente para Díli.

Na continuação dos incidentes no reino de Manufahi e na sua área de influência, a 4 de setembro de 1900, o liurai de Aituto – aliado dos portugueses – foi brutalmente assassinado por homens do suco de Babulo no desfiladeiro de Holarua. A seguir, entre os dias 11 e 13, homens de Manufahi atacaram Aituto mas foram repelidos pelas forças aliadas dos portugueses. O governador Celestino da Silva, com base nestas movimentações, obteve o pretexto para a invasão do reino rebelde de Manufahi. No dia 25, delineou o seu plano de



batalha que consistia em dispor de três alas de ataque mais uma de reserva. A campanha iniciou a sua marcha a 1 de outubro. Os primeiros combates ocorreram em Holarua e em redor de Aituto entre 7 e 14. A 18 de outubro, após algumas batalhas bem-sucedidas, o governador e duas das alas atingiram Maubisse. No dia 24, aconteceu o momento fulcral da movimentação das tropas do governador ao transporem o complicado desfiladeiro. A ocupação, massacre dos resistentes e incendiar das aldeias do reino de Manufahi tiveram início a partir daí: Letehofo (dia 26), Babulo (3 de novembro). O liurai rebelde, D. Duarte, refugiou-se no morro de Leo Laco com os seus homens. A artilharia governamental começou a bombardear as trincheiras inimigas a 6 de novembro. Os rebeldes permaneceram sitiados e sem acesso a água até ao dia 20. No decorrer desses dias, a aldeia de Fuan foi dominada no dia 16. Entre as forças governamentais, a varíola e a disenteria atingiram muitos homens que tiveram de se retirar para o posto de Alas. O cerco foi levantado após acordo entre o governador e o liurai D. Duarte, que pôde reclamar ter-se mantido invicto. As tropas governamentais fustigadas pela doença retiraram-se a 21 de novembro, deixando para trás o reino de Manufahi bastante destruído. Mais tarde, em 1903, ficou concluído um posto do comando militar em Manufahi na localidade de Same – tratou-se do primeiro posto militar no reino. Este foi erguido pelo alferes Edmundo Jansen Alves, que orientou, simultaneamente, a abertura de pistas para Bobonaro e Maubisse¹².

O governador Celestino da Silva fomentou a construção de linhas de rede telefónica por toda a ilha. Em 1900, terminou a ligação dos 45 quilómetros entre Díli e Maubara. Em 1903, a rede chegava a Batugadé, Bobonaro, Aileu, Maubisse, Same, Manatuto e Viqueque. Em 1908, último ano da sua governação, aquela chegava a Lautém.

Em junho de 1902, foi constituída a Companhia de Timor. Esta tinha capitais portugueses e iniciava a sua operação com o objetivo de dinamizar a economia agrícola da ilha, nomeadamente o café e a borracha. Através de acordo com o governo português, teve acesso aos 14.000 hectares pertencentes ao estado nos reinos de Ermera e de Motael.

Nesse início do século XX, o café continuava a ser o produto mais exportado. Por sua vez, o sândalo voltou a ter alguma relevância, devido à pacificação do interior da ilha que permitiu o acesso a novas áreas de extração, bem como a ter sido facilitado o transporte de mercadorias com a abertura de novos caminhos para o litoral. As exportações eram na grande maioria (90%) absorvidas pelas Índias Holandesas, seguidas de Hong Kong, Portugal e Austrália. No entanto, os défices orçamentais mantinham-se elevados devido ao

¹² No entanto, o poder de influência e de rebelião do reino de Manufahi não foi contido. Este reino somente seria dominado e literalmente destruído após a denominada ‘grande rebelião indígena’ no ano de 1912. E, para tal, as autoridades coloniais portuguesas tiveram de contabilizar cerca de 3.424 mortos e 12.567 prisioneiros entre os manufaístas; 289 mortos e 500 feridos entre os governamentais (Pélissier, 1996).



esforço de cobertura administrativa e militar da ilha empreendido pelo governador o que, por sua vez, continuava a prejudicar a autonomia financeira da colónia.

No dia 11 de agosto de 1959, as primeiras remessas de notas encomendadas foram embarcadas em 6 caixas no vapor “Índia” para Díli. O BNU recebeu esta confirmação no dia 18 do mesmo através do quintuplicado da fatura, da declaração de carga e da cópia do conhecimento de embarque.

No dia 22 de setembro de 1959, a segunda remessa, que completou o envio das notas encomendadas, foi embarcada em 6 caixas no vapor “Demodocus” para Díli, com transbordo em Singapura. O BNU recebeu esta confirmação no dia 24 do mesmo, com a mesma documentação como no embarque anterior.

As notas desta ‘emissão Celestino da Silva’ começaram a circular em Timor em janeiro de 1960. O que ocorreu em simultâneo com as novas moedas metálicas também expressas em escudos.

No dia 14 de janeiro de 1960, foi comunicado à casa fabricante que havia sido dada autorização ao correspondente londrino do BNU, Anglo-Portuguese Bank, Ltd., para a transferência do valor para pagamento das faturas referentes ao fornecimento destas notas e que deu por concluído o processo de encomenda da emissão.

No ano de 1902, Celestino da Silva voltou as suas atenções para o desconhecido extremo leste da ilha. Em agosto, a guarnição de Lautém reportava não ser capaz de pôr cobro à evasão fiscal presente no contrabando que os reinos da região praticavam nas suas trocas com as ilhas holandesas a norte. O governador organizou três colunas para atacarem o leste da ilha e colocou à sua frente o capitão Jacinto Islas dos Santos e Silva. O extremo leste da ilha estava ocupado por reinos maioritariamente pertencentes aos grupos etnolinguísticos de Macassáe e Fata Luco com exceção do reino de Matabian de língua tétum, e eram relativamente independentes.

O capitão Santos e Silva desembarcou em Lautém a 19 de agosto. Começou o seu assalto às aldeias revoltosas a 29. A sua coluna e a de reserva avançaram ao longo da costa norte e com o apoio do vapor “Díli”; pela costa sul, avançou outra coluna proveniente de Viqueque. A aldeia de Com foi dominada pela coluna do norte no dia 5 de setembro. Por sua vez, a coluna do sul tomou de assalto as pedras de Matabian. A coluna do norte ocupou Loiquero a 9. O capitão embarcou no vapor para fazer o reconhecimento da costa até à ilha de Jacó (extremidade oriental da ilha). Entretanto, no dia 16, a coluna do sul continuou a razeir as aldeias Iliomar e Cainliu. A 18, a aldeia bem fortificada de Tailôro foi ocupada pelas



duas colunas unificadas. A 30 de setembro, após mais algumas aldeias destruídas nos reinos de Faturó e de Sarau, as colunas foram dissolvidas e a campanha foi concluída.

A ilha de Ataúro (ao largo de Díli) começou a pagar finta ao governo colonial português no ano de 1905. Por ocasião de um desses primeiros pagamentos, sucedeu um desentendimento entre o liurai da ilha e o chefe da polícia de Díli, António Joaquim. Este, próximo do governador e do seu filho, conseguiu organizar uma expedição de moradores de Lacló e castigaram os habitantes da ilha no mês de julho. Foi a primeira vez que houve intervenção portuguesa na pacificação desta ilha.

No ano de 1906 foi erguido um hospital moderno em Díli. Foi também nesse ano que o governador substituiu a contribuição da finta pelo imposto de capitação no dia 3 de novembro. Este passou a incidir sobre os chefes de família. As suas condições de aplicabilidade e de fiscalização aconselhavam os liurais a aplicarem-se na plantação das culturas determinadas pelo estado (uma delas era o café), uma vez que receberiam 50% da capitação apurada no seu reino. Para além disso, de modo a incentivar a fiscalização e a sua vigilância, os comandantes militares também receberiam 50% da capitação cobrada nas suas circunscrições.

Nesse mesmo ano, o governador ordenou a reocupação de Fohorem e Fatomean.

A extensa duração do governo de Celestino de Silva (cerca de 14 anos) deveu-se à sua íntima amizade com o então rei Carlos I. O isolamento de Timor em relação às outras colónias portuguesas, aliado ao carácter de sobrançeria de Celestino da Silva que era apoiada pelo rei, conduziu a que durante o seu período de governação se vivesse num regime de semiditadura seguindo os ditames e arbitrariedade do seu governador. Não será de estranhar que mesmo na altura, este chegou a ser apelidado de “rei de Timor” – epíteto que ele próprio abraçou. A pertença de Celestino da Silva no Partido Regenerador, associado às amizades que mantinha com figuras do Partido Progressista, também contribuiu para que ele se tenha mantido por tantos anos no cargo. Tal sucedeu apesar das sucessivas críticas que lhe foram sendo feitas no decurso do seu mandato, ora da imprensa em Macau, ora de políticos no Leal Senado, críticos do despesismo do governador nas suas campanhas militares e até de altos funcionários da administração colonial em Lisboa.

A prova da proteção real de Celestino da Silva atestou-se com o assassinio do rei Carlos I a 1 de fevereiro de 1908. Cinco meses após a morte do rei, o decreto de 1 de Julho de 1908 instou o governador a ser exonerado do cargo. Este foi transferido para um interino a 16 de julho. Celestino da Silva abandonou Timor a 5 de outubro de 1908, deixando o seu património investido nas plantações da SAPT. Tinha então sessenta anos de idade.



Começou a partir dessa data as acusações públicas de se ter apropriado de dinheiros do governo colonial para favorecer os seus negócios e os dos seus familiares. Outras acusações grassaram sobre a forma desumana e extorsionista com que geriu as vidas dos trabalhadores timorenses e dos liurais que se lhe opuseram; o de ter montado uma rede de funcionários públicos mercenários, suscetíveis de qualquer tipo de corrupção e disponíveis para qualquer dos ditames celerados do seu governador. No entanto, ao nível judicial somente António Joaquim, chefe da polícia de Díli, acabou condenado em agosto de 1910 pelo desvio de uma herança de um dató – ao governador, familiares e demais funcionários, nenhum processo foi movido. Celestino da Silva acabou a comandar um regimento de cavalaria em Portugal. Durante a república passou a general no quadro da reserva. Faleceu em março de 1911.

Existe um episódio registado em alguns relatos, que atesta o carácter despótico e omnipresente que Celestino da Silva inculcou nos povos da ilha. Aquando da denominada ‘grande revolta indígena de Manufahi’ – que ocorreu desde o natal de 1911 ao mês de outubro de 1912 –, alguns liurais revoltosos, ao entrarem na sala dum comando que haviam assaltado, ao verem o retrato do antigo governador pendurado numa das paredes, apressaram-se a voltarem-no às avessas de modo que o seu olhar perscrutante não os seguisse.

Nuno Fernandes Carvalho

Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

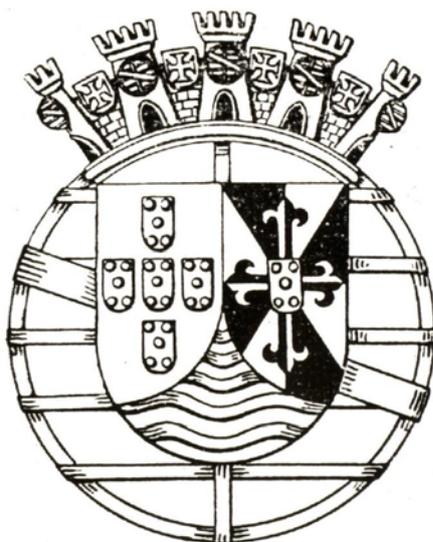
Setembro de 2014



Galeria de imagens



1. Fotografia com retrato de Celestino da Silva



Brasão de armas
de Timor

2. Ilustração com brasão de armas de Timor



Designed by
Bradbury, Wilkinson & Co Ltd

See approved photo print incorporating later amendments
N.B. Signature of Governor to be slightly larger and more readable. *12/12/58*

3. Desenho-modelo para nota de 30 escudos



4. Frente da nota de 500 escudos



5. Verso da nota de 500 escudos